

Vygotsky e Moscovici sobre a Constituição do Sujeito¹

Vygotsky and Moscovici on the Subject Constitution

José Hugo Gonçalves Magalhães¹

Resumo

O artigo traça um comparativo entre as perspectivas de Vygotsky e Moscovici acerca do modo de constituição do sujeito, partindo da prerrogativa de que suas teorias sobre a cognição defendem tácita e explicitamente uma tese sociocognitiva a respeito do tema. Para tal, na primeira seção, é apresentado um resumo sucinto acerca da psicologia sócio-histórica de Vygotsky, seguido de uma interpretação de sua visão de sujeito; na segunda seção, o mesmo procedimento é realizado, dessa vez com Moscovici através da teoria das representações sociais; por fim, se ressalta em que sentido exatamente o espectro sociocognitivo de suas teorias se estabelece como alicerce fundamental na construção de suas respectivas noções de sujeito.

Palavras-chave: Teoria das representações sociais; cognição; Vygotsky.

Abstract

The article draws a comparison between the perspectives of Vygotsky and Moscovici on the subject's constitution, considering that their theories about cognition argue tacitly and explicitly a socio-cognitive thesis on the matter. In this way, the first section presents a brief summary about the socio-historical psychology of Vygotsky, followed by an interpretation of his vision of the subject; in the second section, the same procedure is carried out, this time with Moscovici through the theory of social representations; and finally, it is highlighted in what exact sense the socio-cognitive spectrum of these theories is established as a fundamental building block in the construction of their respective notions of subject.

Keywords: Theory of social representations; cognition; Vygotsky.

¹Universidade Federal de Pernambuco (Recife), Brasil

A busca pelos modos através dos quais se constitui o sujeito humano é instituída como uma das questões fundantes da ciência psicológica, desde os tempos de sua emancipação da filosofia até a contemporaneidade, tal questão estando para a psicologia assim como a questão da vida está para a biologia (Figueiredo, 1991). Não é novidade dizer que, desde os primeiros momentos da psicologia científica, essa busca originou uma multiplicidade de visões diante da questão, tendo inicialmente, de um lado, o introspeccionismo, valorizando os aspectos da internalidade do sujeito, e de outro, o behaviorismo clássico, valorizando as influências exercidas pelas variáveis ambientais na formação do indivíduo (Boring, 1956).

As duas perspectivas, quando partem para defender posições opostas quanto ao objeto e à cientificidade da psicologia, também determinam uma ontologia do sujeito a ser investigada, por consequência, atribuindo maior importância a um aspecto ou outro presente em sua constituição. Por uma via, a perspectiva introspeccionista desenvolvida principalmente por Wundt e pelos estudiosos da escola de Würzburg (resguardadas suas

diferenças teóricas/metodológicas) estava preocupada em estabelecer a análise da experiência interna como a tarefa central da psicologia, atribuindo à ontologia emergente da experiência consciente o seu objeto de estudo e, por consequência, atribuindo a tal ontologia um papel fundamental na constituição do sujeito. Por outra via, temos o behaviorismo clássico, que conferia à análise escrutinizada do comportamento o estatuto de método basilar da psicologia, considerando a ontologia proveniente da observação do comportamento como o principal aspecto da constituição do sujeito humano (Boring, 1956; Danziger, 1980).

O surgimento de novas escolas psicológicas foi, em um sentido ou outro, marcado pelos rumos tomados por essas duas perspectivas maiores e mais antigas. No que se relaciona especificamente à questão da constituição do sujeito e da subjetividade no todo da produção científica psicológica, verifica-se que, a despeito de divergências do ponto de vista ontológico, quase sempre é assegurado em algum grau o lugar da cultura, da sociedade e do meio externo em geral nesse processo de constituição.

¹ Trabalho contou com o apoio financeiro em forma de bolsa de pesquisa em nível de mestrado fornecida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A despeito do compartilhamento desse determinante em comum, é sabido que do surgimento de novas escolas psicológicas decorreu a instauração de uma ampla polissemia em torno do conceito de sujeito. Contudo, não é o foco do presente trabalho explorar detidamente as motivações desse fato, uma vez que o seu escopo é bem mais modesto, residindo na elaboração de um breve comparativo entre os pensamentos de Vygotsky e Moscovici em relação ao tema do sujeito.

Aqui, acredita-se que o estabelecimento dessa comparação é possível devido a uma tese aparentemente simples, presente tácita/explicitamente em suas teorias, a saber, a tese de que o humano se constitui como tal, enquanto sujeito humano, mediante os tipos de suas interações¹ cognoscentes com o mundo semiótico/simbólico que o circunda, ao passo que tais interações ocorrem segundo suas formas possíveis de cognição, compreendidas como o conjunto integrado de estruturas epistêmicas que regem os processos mentais em sua relação com os aparelhos sensoriais, no momento de sua ação no mundo.

¹ Em alguns momentos do presente manuscrito, é adotado o uso de um léxico psicogenético afinado com a teoria piagetiana (vide “interações”, “estruturas”, “esquemas”, entre outros) na explanação de ideias concernentes ao funcionamento cognitivo do sujeito na interface com o meio. Tal adoção se justifica, em primeiro lugar, pela conhecida ocorrência de “semelhança de família” no uso teórico de conceitos centrais no âmbito da psicologia genética. “Semelhança de família” é um conceito desenvolvido pelo filósofo Ludwig Wittgenstein (2000) durante a segunda fase de seu pensamento acerca da natureza da linguagem, tendo em vista criticar a tese de que um conceito deve ser compreendido com base em alguma propriedade estática que, necessariamente, está implícita e presente em todo objeto ao qual um dado conceito encontra-se associado. Nesse sentido, Wittgenstein visa fornecer um argumento pragmático para a discussão sobre a natureza do significado das palavras, baseado na valorização do contexto de uso da gramática, tratando-o como um de seus principais determinantes. Aplicando tal compreensão à justificativa do uso de referido léxico, temos na literatura especializada (principalmente em psicologia do desenvolvimento/cognitiva), o amplo reconhecimento de que o uso de determinadas terminologias no contexto lexical das teorias psicogenéticas, principalmente ligadas à questão da natureza dos fatores internos e externos na constituição da realidade subjetiva (um dos principais tópicos do presente manuscrito), em muitos momentos, compartilha semelhanças de família, nos termos aqui definidos. Assistimos a isso, por exemplo, quando observamos semelhanças no uso de terminologias como “representação” em sentido piagetiano e “signo” em sentido vygotkiano, denotando a noção de “mediador”. Em segundo lugar, também se justifica a aplicabilidade de terminologias piagetianas visando ao suporte ao detalhamento sociocognitivo da teoria das representações sociais, dada a influência que é declaradamente exercida (vide Moscovici, 2003) pela teoria da cognição de Piaget na elaboração da estratégia conceitual moscoviciano direcionada à construção de sua perspectiva de cognição social, que é um dos eixos de fundamentação da Teoria.

A estrutura geral dessa tese, aqui chamada de tese sociocognitiva, pode ser caracterizada em termos dos pressupostos epistemológicos/ontológicos desses autores a respeito da natureza da relação que se estabelece entre sujeito, meio externo (a cultura como um de seus elementos fundamentais) e outros sujeitos (vide Vygotsky, 1991; Moscovici, 1978a), para que este se torne, de fato e de direito, um “sujeito”, na medida em que se constitui mediante uma espécie de jogo no qual figuram as interações entre sua própria cognição, outras cognições (outros sujeitos) e artefatos do meio que demandem interação semiótica.

Nesse sentido, pretendo demonstrar, doravante, que existe uma nuance intra/intersubjetiva na base das concepções desses autores acerca do modo pelo qual se constitui o sujeito. Certo de que uma tentativa de articulação entre teorias sempre é passível de revisões, por ora trabalharei somente a parte “positiva” (em sentido de “soma”) da comparação proposta, porém, reservando espaço para a possibilidade de futuras revisões e deixando o caminho aberto para o exame crítico do leitor.

Minha abordagem será realizada a partir da seguinte sistemática: no primeiro momento, apresentarei um resumo sucinto sobre a psicologia sócio-histórica de Vygotsky, seguida de uma interpretação de sua visão de sujeito; no segundo momento, farei o mesmo procedimento, dessa vez com Moscovici; e, então, ressaltarei em qual sentido as concepções de ambos os autores estão abertas à articulação em torno da ideia de que, subjacente às suas teses acerca da constituição do sujeito, reside um aspecto sociocognitivo que permite compreender a relação que institui o desenvolvimento em níveis do indivíduo na sua interface com variáveis do meio externo sociocultural.

Vygotsky, Psicologia Sócio-Histórica e Constituição do Sujeito

O projeto de uma psicologia suficientemente capaz de unir desenvolvimento cognitivo e cultura levado a cabo por Vygotsky se traduz na tarefa de articulação dos aspectos culturais, biológicos e cognoscentes envolvidos na formação do intelecto humano. De modo geral, seus maiores interesses estavam concentrados na investigação das origens e desenvolvimento de tal intelecto, nos aspectos que permitem distingui-lo do intelecto de outros animais, na maneira pela qual ocorre a formação das estruturas psicológicas tipicamente humanas, desde a filogênese (história da evolução da espécie humana) até a onto-

gênese (história da evolução de um indivíduo), e no modo através do qual a formação de tais estruturas parece decorrer da interação semiótica estabelecida pelo indivíduo com os seus pares, a partir do compartilhamento semiótico de ferramentas culturais (Molon, 2010; Van der Veer & Valsiner, 1996).

Vygotsky produz uma síntese crítica de saberes, no intuito de embasar uma abordagem diante do objeto psicológico forte o suficiente para superar a crise epistêmica e metodológica na qual se circunscrevia a psicologia de seu tempo (e ainda parece ser circunscrita, sob outras versões, na atualidade), ao escamotear o seu problema fundante, a saber, o problema da subjetividade (isto é, o problema de como se constitui a natureza humana — problema já colocado em bases sofisticadas ao longo da filosofia moderna), ou, em termos vygotksyanos, o problema da investigação dos processos subjacentes à formação das estruturas psicológicas superiores (Van der Veer & Valsiner, 1996).

Vygotsky amplifica a proposta introduzida pelo marxismo ao problema da subjetividade, quando lhe opera uma reinterpretação psicogenética, inserindo-o na base das investigações acerca dos problemas epistemológicos clássicos (por exemplo, o problema do desenvolvimento ou aumento dos conhecimentos), a partir de uma nova concepção do uso de métodos experimentais em psicologia (Vygotsky, 1991).

Discussões a respeito de como Vygotsky concebe os modos de constituição do sujeito têm sido amplamente desenvolvidas nos últimos tempos. Goés (1993) destaca o papel que as ações semioticamente partilhadas entre sujeitos possuem na formação em níveis da individualidade, frisando que estas resultam de uma espécie de princípio de interregulação do tipo sujeito/outro e outro/sujeito que não se opõe necessariamente a uma concepção de sujeito singular.

Smolka (1993) chama a atenção para o estatuto da atividade com signos nos processos inter e intramentais que compõem o indivíduo, compreendendo tais signos como interfaces entre as esferas social e individual, pública e privada; a significação figurando como o processo psicológico responsável por sua criação e utilização. Ao discutir o conceito de apropriação, expresso em termos da atividade segundo a qual o sujeito torna seu algo do mundo social, Smolka (2000) também retoma em certos pontos a discussão sobre o estatuto teórico do signo em Vygotsky, que, compreendido como instrumento semiótico, se interpõe entre sujeito e sociedade.

Zanella (2004), ao propor uma discussão acerca de conceitos base da psicologia sócio-histórica

vygotksyana envolvidos na explanação da natureza dos processos psicológicos constituintes do sujeito, de modo semelhante a Smolka (2000), considera a noção de “ação mediada” como fundamental no entendimento do psiquismo humano para Vygotsky, havendo, nessa ação, o signo como seu componente central.

Em outro texto, Zanella (2005) contrasta a questão da alteridade com a questão da singularidade, compreendendo, em linhas gerais, que a dimensão da relação com os outros é constituinte do próprio sujeito e que a alteridade é uma estância correspondente ao espaço mediado das ações entre sujeitos, nestas inclusas, determinantes históricos e culturais dos mais diversos.

Molon (2011), ao discorrer sobre o papel da linguagem na constituição do sujeito e da subjetividade segundo a psicologia sociocultural, traz interlocutores como González-Rey e, sobretudo, Bakhtin, destacando que o último complementa certas premissas vygotksyanas ao focar no aspecto interconstitutivo e dialógico que marca a relação do sujeito com os outros; tal analogia abrindo caminho para uma maior compreensão da relação de mutualidade que Vygotsky estabelece entre singularidade e coletividade; subjetividade e objetividade; biologia e cultura; história e dialética.

Ao que parece, os comentadores citados parecem concordar em dois pontos fundamentais, relacionados ao que podemos chamar aqui de uma concepção sociocognitiva de sujeito segundo Vygotsky:

- (1) o sujeito se constitui “em atividade”, a qual se configura em determinado momento do desenvolvimento como sendo de natureza semiótica, isto é, marcada pelas operações com signos que intermediarão o que poderá “vir a ser” um objeto, com essa natureza simbólica/semiótica (utilizo “simbólica” e “semiótica” como terminologias semelhantes que se ligam ao caráter cognitivamente mediado da ação humana, a segunda utilizada pelos intérpretes e a primeira, pelo próprio Vygotsky) consistindo no produto da estruturação interna/externa da cognição tipicamente humana e
- (2) nesse processo, a dialética estabelecida pelo sujeito com a sua cultura e com os “outros” ocupa um papel fundamental, já que é através das interações sociais que se veiculam interna/externamente (sendo exatamente nesse ponto em que podemos falar, endossados por Vygotsky, que se dão interações do tipo “inter-subjetivas”) ferramentas simbólicas/semióticas

necessárias à construção de ideias sobre o mundo, ao mesmo tempo em que ocorre a demarcação de si mesmo enquanto sujeito singular.

Observando esses pontos, podemos compreender que a cultura possui o estatuto de “constituente” da mente, dado que, sem a possibilidade de apreensão das suas ferramentas, as potencialidades humanas ora embrionárias permaneceriam estacionadas em estágios intelectuais e linguísticos diversos dos que consideramos como propriamente humanos (Vygotsky, 2000).

Essa assertiva se baseia em um forte argumento, a saber, de que todo processo cognitivo humano possui como marca a representação de estados de coisas por meio da ação epistêmica possibilitada pelas formas da cognição humana (tese antes já defendida por Kant, em termos do que ficou conhecido como a “virada copernicana” na teoria do conhecimento) em sua função semiótica/simbólica na interação com o mundo.

No caso de interações de tipos intersubjetivas, a linguagem ocupa papel fundamental, pois, constituída na cultura, torna possíveis “sistemas organizados de sinais” (para utilizar termo do próprio Vygotsky presente em seu manuscrito de 1929) capazes de promover, em níveis da intra/intersubjetividade, um desenvolvimento intelectual suficientemente capaz de possibilitar as funções psicológicas superiores (Vygotsky, 1991; 2000).

Como um empirista não reducionista, Vygotsky defende que o conhecimento já não está necessariamente dentro do sujeito, contudo, necessita de certas formas prévias da cognição, para que haja, em certo sentido, a própria possibilidade de sua interação com o mundo externo. Dessa forma, o seu desenvolvimento global se configura como um produto da interação entre potencialidades cognitivas e o ambiente externo (Vygotsky, 1991; 1998).

Portanto, tendo-se que as relações estabelecidas entre o sujeito e o objeto não seriam diretas, isomórficas, mas sim mediadas, conclui-se que, junto a Vygotsky, podemos compreender que o sujeito constrói e reconstrói o seu mundo mental mediante a processualidade que envolve a interatividade entre suas estruturas cognitivas potencialmente disponíveis (isto é, passíveis de desenvolvimentos e mudanças no transcorrer do tempo) com as ferramentas simbólicas/semióticas partilhadas na cultura. Retomando a discussão de Smolka (1993; 2000) a respeito do estatuto dos signos no processo de constituição do sujeito, nos diz Vygotsky (1991)

que, em um estágio ainda primitivo de desenvolvimento humano, as ações são mediadas pelo uso de instrumentos concretos (entendidos como quaisquer instrumentos com os quais a criança possa agir no mundo, uma vara, por exemplo). A virada no desenvolvimento do sujeito ocorre quando, em decorrência do uso de instrumentos e das interações sociogenéticas (isto é, interações em níveis da aprendizagem com outras pessoas), há a sua entrada nas operações com símbolos/signos, tal atividade traduzindo-se como “[...] uma função organizadora específica que invade o processo do uso de instrumento e produz formas fundamentalmente novas de comportamento”. (Vygotsky, 1991, p. 27).

Os signos possuem papel capital no desenvolvimento das funções tipicamente humanas desde a evolução da espécie — isso implicando, segundo Vygotsky, na consideração dos estados filogenéticos pelos quais o homem enquanto espécie pôde paulatina e constantemente evoluir de estágios cognitivos primitivos até estágios cognitivos superiores:

A psicologia do homem primitivo evidencia que o desenvolvimento cultural do psiquismo humano está ligado ao emprego de signos. E, aparentemente, o desenvolvimento cultural de nossos antepassados antropitecos só foi possível a partir do momento em que, com base no desenvolvimento do trabalho, apareceu a linguagem articulada [...] (Vygotsky, 1998, p. 216).

A operação com signos é um importante aspecto da constituição do sujeito, na medida em que a atividade semiótica permite a criação de um universo significativo de estados de coisas para o sujeito, que, a partir dessa atividade, cria e recria o mundo. Os signos possuem como função tornar presentes para o sujeito objetos materialmente ausentes aos sentidos. Tal operação, de natureza essencialmente simbólica, é exponencialmente reelaborada com a ampliação das operações da linguagem e do pensamento ao longo da ontogênese, quando o signo se torna integrante inextricável da nossa atividade cognoscente. A respeito da mediação por signos, diz Vygotsky:

Todas as funções psíquicas superiores são processos mediados, e os signos constituem o meio básico para dominá-las e dirigi-las. O signo Mediador é incor-

porado à sua estrutura como uma parte indispensável, na verdade a parte central do processo como um todo (Vygotsky, 2005, p. 70).

Na estrutura mediática, o sujeito como tal, enquanto sujeito do conhecimento, se constitui a partir das relações simbólicas estabelecidas no que Vygotsky chama de zona de desenvolvimento proximal. Como zona de desenvolvimento proximal se compreende o espaço em que ocorrem as interações do tipo sujeito-outro. Nas palavras de Vygotsky (1991):

É a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (p. 97).

A citação anterior se refere especificamente às zonas de desenvolvimento proximais que se estabelecem nas relações de aprendizagem escolar. Entretanto, tal noção engloba também o desenvolvimento ao longo de toda a vida adulta — o nível de desenvolvimento real, situado nos conteúdos já apreendidos pelo sujeito e que, juntos, formam o seu atual manancial epistêmico, que doravante irão tornar possível a apropriação de outros conhecimentos, e o nível de desenvolvimento potencial, situado na fronteira entre o conhecimento já estabelecido e o conhecimento passível de ser apreendido com base nos conhecimentos anteriores, situados no nível de desenvolvimento real.

Por mais que no contexto da obra Vygotsky estivesse tratando especificamente das funções cognitivas envolvidas na estruturação de zonas de desenvolvimento proximais em níveis de aprendizagem psicogenéticos, as funções cognitivas envolvidas nesse processo podem ser estendidas (por exemplo, as funções envolvidas na formação de conceitos) também ao processo de constituição do sujeito no decorrer de sua vida adulta, ou, em termos piagetianos, no decorrer de seu estágio de desenvolvimento formal.

Nesse sentido, a zona de desenvolvimento proximal pode e deve ser entendida como uma zona de perpétuo fluxo semiótico estabelecida entre o sujeito

com o mundo e com outros sujeitos, na qual os signos enquanto elementos da linguagem e do pensamento responsáveis pela ligação do mundo factual ao mundo intelectual se estabelecem como elementos imprescindíveis na constituição do sujeito.

Moscovici, Teoria das Representações Sociais e Constituição do Sujeito

Tomando por base a ideia de que a teoria das representações sociais descende da sociologia, mais precisamente da ressignificação do conceito Durkheimiano de representações coletivas, Farr (1994) entende que a teoria das representações sociais é: “[...] uma forma sociológica de Psicologia Social” (p. 31). Ainda segundo Farr (1994), a gênese metodológica e epistêmica das ciências humanas foi marcada por uma clara dicotomia teórica direcionada aos tipos de leis que regem os fenômenos sociais e os tipos de leis que regem os fenômenos individuais, os primeiros tipos possuindo uma natureza ontológica diversa do outro e vice-versa.

Um bom exemplo se encontra na própria sociologia durkheimiana, que atribui à psicologia a responsabilidade pelo estudo das representações individuais e à sociologia o estudo das representações coletivas, sob a alegação de que ambas possuem dinâmicas próprias de organização:

Ora, o grupo não é constituído da mesma maneira que o indivíduo, e as coisas que o afetam são de outra natureza. Representações que não exprimem nem os mesmos sujeitos, nem os mesmos objetos, não poderiam depender das mesmas causas. Para compreender a maneira como a sociedade representa a si mesma e o mundo que a cerca, é a natureza da sociedade, e não a dos particulares, que se deve considerar. Os símbolos com os quais ela se pensa mudam conforme o que ela é (Durkheim, 2007, p. XXIII-XXIV).

As relações estabelecidas pelas pessoas com os mitos, crenças, simbologias religiosas, entre outros, para Durkheim, são exemplos de representações coletivas que, consideradas como produções coletivas compartilhadas pelos sujeitos de uma dada sociedade, sofrem em sua elaboração a preponderância dos fatos sociais: fatos que exercem uma influência coercitiva sobre o indivíduo, influenciando-o à sua revelia. Por fatos sociais pode-se entender fatos convencio-

nados para a vida em sociedade, como “[...] regras jurídicas, morais, dogmas religiosos, sistema financeiro [...]” (Durkheim, 2007, p. 4).

Moscovici, no entanto, enxerga sob outra ótica a natureza dessas representações, compreendendo que o sujeito é ativo no processo de constituição de sua dimensão subjetiva, através da conexão semiótica que estabelece com a sua realidade social. Ao considerar que as leis constituintes dessas representações (“coletivas”) são, na realidade, elaboradas por uma construção interligada entre as leis ditas “individuais”, o autor também vislumbrava a quebra da dicotomia individual/coletivo nas ciências humanas. É dessa retomada crítica do conceito durkheimiano de representações coletivas que Moscovici formula o seu conceito de representações sociais, levando em conta a relação estabelecida pelas instâncias subjetivas do sujeito com o mundo externo na análise de sua construção social.

Dessa forma, Moscovici traça uma rota alternativa ao que chama de “[...] primado do social sobre o individual [...]” (Moscovici, 1978a, p. 25) — subjacente à noção durkheimiana — lançando outro olhar acerca da maneira como se estruturam as dimensões de interação entre indivíduo e meio social, fundadas nessa versão, do ponto de vista de processos de comunicação e conhecimento:

Para sintetizar: se, no sentido clássico, as representações coletivas se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de ideias e crenças (ciência, mito, religião, etc.), para nós, são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar — um modo que cria tanto a realidade como o senso comum. É para enfatizar essa distinção que eu uso o termo “social” em vez de “coletivo” (Moscovici, 2003, p. 49).

Na literatura específica sobre teoria das representações sociais, tem sido amplamente discutido o papel do sujeito em sua construção. Santos (1994) afirma que o espaço ativo do sujeito na construção social segundo a teoria das representações sociais pode ser evidenciado, a propósito do que Moscovici propõe quando o considera ao mesmo tempo produtor e produto de um determinado meio social, consideração realizada a partir da articulação de conceitos da so-

ciologia e da psicologia na interpretação da sociedade como “[...] uma reelaboração humana” (p. 135).

Jodelet (2009) nos diz que a noção de sujeito passou por “mortes” e “ressurreições” ao longo do desenvolvimento das ciências sociais em geral, ressaltando que o estudo baseado na abordagem das representações sociais permite afastar o fantasma do solipsismo ou do coletivismo, no momento em que permite o exame da parcela subjetiva inerente a tais representações. Para isso, propõe um esquema tripartite de análise, relacionando gênese e função das representações sociais em torno de três esferas: subjetiva, intersubjetiva e transubjetiva, dado que Moscovici aborda a estrutura da representação social como sendo do tipo sujeito/outro/objeto.

Ainda sobre o ponto do correlato singular das representações sociais, Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1992) defendem que uma representação social não pode ser devidamente compreendida em termos da busca por seu consenso através de uma análise apenas da coletividade ou intersubjetividade, visto que, por seu turno, sob o eixo que a ampara, subjazem miríades de representações constituídas em níveis de individualidades, ou, para utilizar aqui o termo moscoviciano, “racionalidades”.

Note-se que a todo o tempo a noção de “sujeito ativo” é explicitamente presente em tais autores, estando diretamente ligada ao estatuto da relação que é instaurada pelo indivíduo com a sociedade. Nesse sentido, é este quem, em última instância, termina por acarretar a transformação dos sistemas simbólicos responsáveis pela reificação das representações sociais no cotidiano, uma vez que, segundo Moscovici, o processo de modificação das representações sociais decorre da tensão existente entre interesses individuais e normatividade social, tal como preconizado em sua teoria das minorias ativas (Moscovici, 1978b).

O processo tem início a partir do conhecimento possibilitado pela experiência social (via processos semióticos de comunicação em sentido lato, segundo nos diz Moscovici, 2003), por exemplo, quando os sujeitos componentes de uma minoria, ao constatarem determinadas assimetrias em algum ponto de um dado objeto de representação cultural, tornam-se capazes de instaurar uma espécie de “crítica da razão social”, por meio da qual, reexaminando os tipos de conteúdos que lhe aparecem, interveem na própria estrutura da representação. Acerca do fator transformativo da representação social da questão, nos diz o autor:

A bem dizer, devemos encará-la de um modo ativo, pois seu papel consiste em modelar o que é dado do exterior, na medida em que os indivíduos e os grupos se relacionam de preferência com os objetos, os atos e as situações constituídos por (e no discurso de) miríades de interações sociais. Ela reproduz, é certo. Mas essa reprodução implica um remanejamento das estruturas, uma remodelação dos elementos, uma verdadeira reconstrução do dado no contexto dos valores, das noções e das regras, de que ele se torna doravante solidário. Aliás, o dado externo jamais é algo acabado e unívoco; ele deixa muita liberdade de jogo à atividade mental que se empenha em apreendê-lo. A linguagem aproveita-se disso para circunscrevê-lo, para arrastá-lo no fluxo de suas associações, para impregná-lo de suas metáforas e projetá-lo em seu verdadeiro espaço, que é simbólico (Moscovici, 1978a, p. 26).

Moscovici pretende elaborar outro olhar diante de certos fenômenos ligados à construção psicossocial da realidade. Para tanto, aposta em uma superação das perspectivas baseadas estritamente na descrição e análise objetivista do comportamento social, como visto na análise de crenças ou atitudes sociais (Santos, 1994) a partir do desenvolvimento de uma compreensão dos fenômenos sociais com base na análise da cognição. Em geral, isso significa minar o terreno das psicologias sociais baseadas especialmente na maximização do status dos dados da coletividade acerca da formação do indivíduo e, em particular, fundamentar a tese de que a relação entre o indivíduo e os objetos sociais deve ser mediada pelas estruturas cognoscitivas do sujeito.

Nesse sentido, por um lado, tais estruturas tanto “se transformam” quando se deparam com conteúdos que lhes são estranhos, sendo rearranjadas a partir do uso de conhecimentos prévios do sujeito — que, em termos piagetianos, concorda Moscovici (2003), são estruturados segundo esquemas cognitivos — quanto “transformam”, na medida em que a mútua influência que marca a relação entre representações sociais “instituídas” e conhecimentos “instituídos”, em nível da produção singular do sujeito, faz surgir novas ideias provenientes dessa interação, que terminam por constituir as representações sociais como espécies de “esquemas” intersubjetivos, marcados por um flu-

xo dialético entre ideias estabelecidas e novas ideias, permanências e desdobramentos (Moscovici, 1978a).

Desse modo, ao propor que o sujeito é capaz de construir-se como singular em meio às influências/ contingências de sua realidade sociocultural, interagindo com as miríades representativas que permeiam os espaços cotidianos edificados sob a égide dos processos interpessoais de comunicação, Moscovici proporciona uma interpretação sociocognitiva do fenômeno subjetivo (1978a; 2003).

“Cognitiva”, porque implica dizer que o mesmo institui tácita e explicitamente um conceito de cognição significando um tipo de estrutura epistêmica fundamental à constituição do sujeito humano, desenvolvida paulatina e simbolicamente de acordo com a forma tomada por sua arquitetura na interação com os fenômenos do mundo externo, incluso os fenômenos sociais, como uma de suas parcelas mais fundamentais.

De importância capital nesse desenrolar cognoscente, estão os processos de objetivação e ancoragem, responsáveis pela materialização e familiarização de conteúdos estranhos ao sujeito. O processo de objetivação tem a qualidade de transformar entes imaginários e ideias em objetos quase “tangíveis”, quase “tocáveis”, tamanha a materialização operada pela mente em seu processo de apreensão do mundo. Já o processo de ancoragem tem por objetivo “ancorar”, “alocar” o novo conhecimento em categorias/esquemas cognitivos comuns ao sujeito, em alguns casos, transformando esses esquemas/categorias em outros, gerando novos esquemas/categorias (Trindade, Santos, & Almeida, 2011; Moscovici, 2003).

“Social”, porque implica dizer que ambos os processos se localizam numa zona intersubjetiva, trabalhando na apreensão e transformação do conhecimento, imbricando sujeitos que agem em consonância dialética nas transformações dos níveis inter/intrapessoais e, portanto, nas próprias representações sociais. Tais representações se constituem como referências simbólicas que, em uma via, influenciam a construção de significados e, em outra, são influenciadas e modificadas na dinâmica das interações, de modo que a coexistência de uma espécie de conservação e mutabilidade na estrutura das representações sociais pressupõe que haja tantas possibilidades da sua influência quanto de sua transformação no jogo dos processos sociocognitivos.

Prova do espaço privilegiado da ação do sujeito nessa perspectiva é o conceito de polifasia cognitiva. Segundo Jovchelovitch (2004), essa noção é desen-

volvida por Moscovici (1978a) a partir dos dados fornecidos por seu estudo acerca das representações sociais da psicanálise na França e se refere à proposição de que uma mesma representação social pode ser constituída por modalidades diferentes de conhecimento. Isso significa que as racionalidades que a constituem podem buscar responder a objetivos diferentes diante do objeto que se apresenta, havendo, com isso, a coexistência de uma diversidade epistêmica na estrutura da representação e uma baixa probabilidade de consenso em sua estruturação, o que permite que esses conhecimentos distintos convivam lado a lado² na estrutura da representação social, ou, para ser mais pertinente, no plural: “representações sociais”.

Desse modo, a investigação pautada na teoria das representações sociais procura abarcar a instância subjetiva e intersubjetiva enquanto constituintes intrínsecas do real enquanto objeto de construção humana, investigando as relações que demarcam as fronteiras entre a experiência do sujeito em sua singularidade e o seu correlato no contexto de experiência cultural.

Vygotsky e Moscovici em torno de uma Perspectiva Sociocognitiva do Sujeito

Do que foi visto até aqui, podemos inferir que a prerrogativa básica relacionada ao modo como se constitui o sujeito, tanto em Vygotsky (1991; 1998; 2000; 2005) quanto em Moscovici (1978a; 1982; 2003), encontra o seu argumento central no estabelecimento de um meio termo entre o “de fora para dentro” e o de “dentro para fora”, isto é, no estabelecimento de um marco regulatório das relações entre o sujeito e os objetos do meio externo, pautado em uma espécie de dialética construtiva. Tal argumento encontra amplo respaldo no conceito de constituição da cognição

humana que lhe é subjacente, visto que esta parece se constituir, segundo os referidos autores, a “meio termo”, ou seja, “em meio” à atividade do sujeito cognoscente em um mundo de objetos socioculturais.

No entanto, é fundamental ressaltar que esses autores consideram necessária tanto a existência de um arcabouço cognitivo subjetivamente constituído, para que efetivamente possa haver “desenvolvimento” (e “sujeito”), em sentido lato, quanto a existência de um mundo de objetos externos aos quais, através da experiência, tais estruturas cognitivas estejam direcionadas e, desse contato, tanto “se modifiquem” quanto “modifiquem”. Esse processo, por conseguinte, é travado no devir do sujeito, no encontro com o mundo que lhe aparece, como tal, segundo as formas de sua cognição em um dado momento no tempo.

Consequentemente, temos agora os três elementos necessários ao desenvolvimento do sujeito: ele próprio, o mundo ao seu redor e a relação que os imbrica, esta última sendo resultado e resultante da transformação mútua dos dois primeiros, já implicando “interação” (para empregar um termo recorrente). Com Vygotsky e Moscovici, compreendemos que deve existir uma instância muito propriamente social da natureza humana, inerente ao modo de expressão da experiência do sujeito e vivenciada em seus processos de apropriação do mundo, envolvendo elementos da internalidade e da externalidade que o circunscreve.

Suas perspectivas pressupõem que as formas humanas da cognição são peças fundamentais no estabelecimento desse jogo coconstituente, sendo a relação do sujeito com o mundo configurada pela interação de tais formas junto às contingências do meio sociocultural, elementos cruciais para o fomento de seu desenvolvimento. O mundo termina então por influenciar a mudança dessas formas cognitivas por conter algo de novo a ser internalizado pelo sujeito, tal processo acarretando na constante transformação de seu arcabouço cognitivo, instituído em termos de um conjunto de condições internas abertas ao aprimoramento a partir da experiência social.

Sendo assim, no movimento de tornar familiares ao seu “mundo interno” aspectos até então estranhos contidos no “mundo externo” (leia-se “mundo externo” como o conjunto de estado de coisas até então “fora” dos domínios cognitivos do sujeito, nestas incluídas elementos da dimensão sociocultural), o sujeito termina modificando suas arquiteturas simbólicas interiores. Isso ocorre quando a vivência de novidades em sua experiên-

3 Note-se que a presente interpretação para o fenômeno de polifasia cognitiva se justifica por estar apoiada em evidências textuais do próprio Moscovici (1978a) e de Jovchelovitch (2004). Na referida interpretação, defende-se a coexistência de modalidades cognitivas distintas e, portanto, ausência de consenso cognitivo em sentido estrito, que, inversamente compreendido (presença de consenso cognitivo), define um outro fenômeno, o da dissonância cognitiva, que é caracterizado pela procura do consenso cognitivo a partir da busca do indivíduo a uma posição psicologicamente confortável, quando da existência de cognições contraditórias (a teoria da dissonância cognitiva está presente no livro: *A theory of cognitive dissonance*, de Leon Festinger). Vale salientar que, no trecho, o foco explicativo está na estrutura simbólica de uma representação social, de acordo com a dialética cognitiva que a rege, tal como definida nos termos da teoria das representações sociais.

cia subjetiva acaba também por modificar o próprio “mundo externo”, por tornar públicas suas novas relações estabelecidas com o mesmo por vias (no caso de Vygotsky e Moscovici, principalmente por vias da linguagem verbal) da comunicação, mantendo, assim, através de si próprio e de terceiros, tais novidades vivas na intersubjetividade.

Observe-se que distinguir aqui entre interno e externo não deve significar uma redução, no sentido que é comumente tido como pejorativo nas ciências humanas. Essa distinção significa tão somente que ambas as dimensões são ontologicamente constituídas por propriedades muito próprias, mas que, em interação, se auxiliam mutuamente, isso significando, portanto, uma coconstituição.

A compreensão desse ponto é importante, pois situa os autores em torno de uma concepção de sujeito que toma os determinantes culturais e intersubjetivos como seus constituintes, mas que disso não decorre que a subsuma (“subsumir” aqui como “reduzir diretamente”) a tais dimensões. Isto é, tais perspectivas concordam que o processo circunscrito da relação sujeito/mundo externo emerge dum via de mão dupla, incluindo sujeito e cultura; todavia, trata-se de um sujeito singular que torna possível as condições para que haja cultura, intersubjetividade e vice-versa.

Mesmo que Moscovici não tenha desenhado com certo escrutínio uma teoria do funcionamento cognitivo (como, ao contrário, foi o caso de Vygotsky, apesar de Moscovici deixar claro que a sua teoria é de base cognitiva — vide Moscovici, 1978a; 2003) subjacente à sua teoria das representações sociais, é certo que há em sua fundamentação argumentos de cunho declaradamente cognitivos (ver ainda Moscovici, 1982).

Por exemplo, a própria noção de “representação”, no modo como é empregada por Moscovici, é reveladora desse aspecto, quando lhe subjazem conceitos como “ancoragem”, “objetivação”, “polifasia cognitiva”, entre outros, estes atuando como elementos processuais da operação cognitiva do sujeito na conformação das representações sociais, que, por definição (“sociais”), são o produto de um processo intersubjetivo, instanciado através da atividade simbólica humana.

Ao que tudo indica, para ambos os autores, a natureza dos processos constituintes do sujeito há de ser mediada pelas arquiteturas simbólicas, em níveis tanto da internalidade (em termos de processos cognitivos ligados a memória, percepção e linguagem, por exemplo) quanto da externalidade (em termos de elementos semióticos externos que atuam na

coordenação da atividade cognitiva em nível subjetivo, como elementos mnemônicos e tecnológicos em geral, bem como a interação com outros sujeitos por meio da linguagem), este sendo, inclusive, um dos aspectos que resguarda a legitimidade de suas teses contra a construção, em psicologia, de perspectivas radicais concernentes à questão da dicotomização indivíduo/social.

Vygotsky e Moscovici nos falam sobre como a nossa constituição como sujeito singular é dependente dos processos mediados de nossa cognição, isto é, dos processos semióticos operados em nossa mente na interação com o ambiente e com a cultura. A leitura semiótica do desenvolvimento humano, presente na teoria das representações sociais e na abordagem sócio-histórica, é traduzida sobremaneira pela importância que atribui à natureza mediada do pensamento, possível em termos da funcionalidade das operações com signos.

O signo mediador, agente intermediário do conhecimento e das relações humanas em geral, torna o conhecimento possível na medida em que, grosso modo, torna possível o conhecimento de uma coisa (objeto) por sua representação a partir de outra coisa (signo). Nesse processo, os objetos são revestidos de significados culturalmente partilhados, de maneira que o conhecimento sobre um objeto X será uma representação desse objeto X para um dado sujeito segundo o seu teor intersubjetivo, a ser apropriado singularmente por ele.

As representações sociais, interpretadas aqui como signos (para utilizar um termo recorrente) do real, são construídas no seio do processo de interpretação/apropriação intra/intersubjetiva, tal processualidade marcando a “digestão” (para recorrer a uma analogia biológica) de representações sociais e possibilitando o aparecimento de modos diversos de apreensão do sujeito diante de um “mesmo” (considerando o conceito de polifasia cognitiva) objeto social.

A construção do signo/representação (terminologias por ora encaradas aqui como dotadas de semelhança de família por parecerem indicar ontologias semelhantes, a saber, ontologias que indicam a existência de mediação cognitiva na constituição do sujeito), motivada pela necessidade de comunicação entre as pessoas (vide Vygotsky, 1991; Moscovici 1978a; 2003), produz significados na cultura, alicerçando e permitindo a perpetuação de crenças e experiências através da comunicação, do registro histórico mediante a linguagem escrita, de

seus símbolos imagéticos, enfim, de seus marcos semióticos em geral.

Como pôde ser notado, segundo Vygotsky (1991), as trocas semióticas ocorrem na zona de desenvolvimento proximal, região onde os conteúdos extrínsecos ao sujeito entram em contato com os que já o constitui, e os signos que até então se encontravam fora da esfera subjetiva são passíveis de significação, ou seja, adquirem um significado e um sentido de uso para o sujeito.

De acordo com o pensamento moscoviciano, a representação social faz a mediação das operações de apresentação e reapresentação do conhecimento social, consistindo no veículo das categorias sociais do conhecimento. Considerando-se que esses dois autores partem de uma concepção sociocognitiva da construção da subjetividade, aqui defendida, não seria demais afirmar que os processos de ancoragem e objetivação, tal como elaborados, parecem estar inseridos em zonas de desenvolvimento proximal, ancorando conteúdos estranhos potencialmente abertos ao agregamento às estruturas epistêmicas do sujeito, de acordo com suas possibilidades cognitivas de apropriação/objetivação.

Como visto, o signo/representação, compreendido enquanto agente mediador do conhecimento, se constitui como indissociável da cultura, âmbito em que se produzem as representações sociais. Nesse sentido, para que haja efetivamente o desenvolvimento de zonas de desenvolvimento proximais/processos de objetivação e ancoragem, faz-se imprescindível a interação dos sujeitos com as outras pessoas e com os conteúdos semióticos que permeiam a vida cotidiana, responsáveis pela difusão dos discursos e representações dos significados sociais na dinâmica da permanência e mudança do sujeito e dos modos de ser sociais.

Nesse sentido, o pensamento desenvolvido nas matrizes vygotskiana/moscoviciano endossa a tese de que a realidade do sujeito e a realidade sócio-histórica são interdependentes. E, no que se relaciona à questão do sujeito, a dinâmica dos processos geradores das relações entre o todo e suas partes irá compor o motor das mudanças e permanências de seu desenvolvimento, que, de um ponto de vista dialético, preconiza o conflito gerador entre cultura e cognição como movimento de transformação de sua realidade subjetiva, tomando-se a atividade simbólica como o seu demarcador central.

Considerações Finais

Por ora, no que se refere à analogia proposta, podemos inferir que ambos os autores parecem apresentar propostas semelhantes, quando sustentam a tese de que o sujeito se constitui mediante uma espécie de dialética construtivista.

Como apontado, nessas acepções teóricas, o aspecto sociocultural tem um papel amplo e imprescindível na formação do sujeito. A cultura, através dos seus próprios aparatos materiais, discursivos, imagéticos, entre outros, é abordada do ponto de vista de uma estrutura dialética, passível de reconstruções, constituindo-se muito mais como um lugar simbólico onde a matéria-prima para a confecção da malha dos signos é tecida do que como um espaço fornecedor de tecidos prontos e rígidos.

É precisamente nesse lugar que o real é construído, em termos do modo como podemos apreendê-lo, empreendendo-o através das nossas formas da cognição em sua interação simbólica com o universo social. Não assistimos a um escamoteamento da subjetividade nos textos desses autores: têm-se contato com uma proposta semiótica/simbólica de sua construção, possível através das vias das operações com os signos.

O sujeito da teoria das representações sociais e da abordagem sócio-histórica, observado em sua integralidade epistêmica, cultural e subjetiva, é processo mais do que produto: é constituído no curso de sua experiência cognoscente interna, atravessada pela externalidade social, que lhe perpassa como conteúdo do meio, mas que também se faz perpassar por sua ação cognoscente.

Agradecimentos

Agradeço ao professor Rosemberg Belém por valiosos comentários a uma versão prévia do presente artigo.

Referências

- Boring, G. E. (1956). A history of introspection. *Psychological Bulletin*, 50(3), 169-189.
- Danziger, K. (1980). The history of introspection reconsidered. *Journal of History of the Behavioral Sciences*, 16, 241-262.
- Doise, W., Clémence, A., & Lorenzi-Cioldi, F. (1992). *Représentations sociales et analyses des données*. Grenoble, France: PUG.

- Durkheim, E. (2007). *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes.
- Farr, R. (1994). Representações sociais: a teoria e sua história. In: P. Guareschi, & S. Jovchelovitch (Eds.), *Textos em representações sociais* (pp. 31-49). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Figueiredo, L. C. M. (1991). *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Goés, M. C. R. (1993). Os modos de participação do outro nos processos de significação do sujeito. *Temas em Psicologia*, 1(1), 1-5.
- Jodelet, D. (2009). O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. *Sociedade e Estado*, 24(3), 679-712.
- Jovchelovitch, S. (2004). Psicologia Social, saber, comunidade e cultura. *Psicologia & Sociedade*, 16(2), 20-31.
- Molon, S. I. (2010). *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Molon, S. I. (2011). Notas sobre constituição do sujeito, subjetividade e linguagem. *Psicologia em Estudo*, 16(4), 613-622.
- Moscovici, S. (1978a). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Moscovici, S. (1978b). *Psychologie des minorités actives*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1982). The coming era of representations. In: J. P. Codol, & J. P. Leyens (Eds.). *Cognitive analysis of social behavior* (pp. 115-150). Den Haag: Martinus Nijhof.
- Moscovici, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Santos, M. F. S. (1994). Representação social e a relação indivíduo-sociedade. *Temas em Psicologia*, 2(3), 133-142.
- Smolka, A. L. B. (1993). Construção de conhecimento e produção de sentido: significação e processos dialógicos. *Temas em Psicologia*, 1(1), 7-15.
- Smolka, A. L. B. (2000). O (im)próprio e o (im) pertinente na apropriação das práticas sociais. *Caderno Cedes*, 50(1), 26-40.
- Trindade, Z. A., Santos, M. F. S., & Almeida, M. O. A. (2011). Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. In: M. O. A. Almeida, M. F. S. Santos, & Z. A. Trindade (Eds.), *Teoria das representações sociais: 50 anos* (pp. 101-122). Brasília: Technopolitik.
- Van der Veer, R., & Valsiner, J. (1996). *Vygotsky: uma síntese*. São Paulo: Unimarco; Loyola.
- Vygotsky, L. S. (1991). *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (1998). *O desenvolvimento psicológico na infância*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (2000). Manuscrito de 1929. *Educação & Sociedade*, 71, 45-78.
- Vygotsky, L. S. (2005). *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Wittgenstein, L. (2000). *Investigações filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural.
- Zanella, A. V. (2004). Atividade, significação e constituição do sujeito: considerações à luz da psicologia histórico-cultural. *Psicologia em Estudo*, 9(1), 127-135.
- Zanella, A. V. (2005). Sujeito e alteridade: reflexões a partir da psicologia histórico-cultural. *Psicologia & Sociedade*, 17(2), 99-104.

Endereço para correspondência:

José Hugo Gonçalves Magalhães
 Programa de Pós-graduação em Psicologia Cognitiva
 Centro de Filosofia e Ciências Humanas
 Avenida Acadêmico Hélio Ramos, s/n, 8º Andar
 CEP 50670-901 – Recife/PE
 E-mail: hugo_magalhaes88@hotmail.com

Recebido em 23/08/2013

Revisto em 29/11/2013

Aceito em 21/01/2014